

Alimentação como um patrimônio: definição, pesquisa e métodos de abordagem na educação escolar indígena

Murilo Has¹
Marcos Gehrke²
Rosângela Célia Faustino³

Resumo

Este artigo analisa a abordagem e a pesquisa sobre a alimentação no âmbito educacional indígena. Para tal, utiliza pesquisa bibliográfica mediada por análise documental. Situa a alimentação enquanto um patrimônio histórico, cultural e imaterial dos povos indígenas, que transcende fatores biológicos e se consolida na conjuntura de representações, saberes e práticas ancestrais. Apresenta o estado do conhecimento da pesquisa em alimentação indígena no Brasil, sob um recorte temporal de dez anos. Reflete sobre a abordagem da alimentação na educação escolar indígena, expressando seus desafios e potencialidades. Consideramos que a alimentação indígena enquanto patrimônio, contempla a historicidade e aspectos sociopolíticos, o que exige a reivindicação de direitos essenciais em meio a um sistema que gera injustiças e desigualdades. Evidenciamos que a produção acadêmica sobre alimentação indígena no Brasil, ainda se apresenta como um cenário incipiente, e escasso quando buscamos estudos com viés educacional. Entendemos que através da proposta intercultural presente na educação escolar indígena, a aprendizagem e o compartilhamento de experiências proporciona a socialização dos saberes alimentares, mas para isso, o engajamento da comunidade local, uma gestão escolar indígena, a formação inicial e continuada para professores indígenas e não indígenas, e sobretudo, o apoio do Estado, são elementos imprescindíveis.

Palavras-Chave: Alimentação indígena; Patrimônio; Educação.

1. Introdução

A alimentação descreve os saberes da sociedade integrante, dialogando com elementos e técnicas incorporados ao longo dos anos e proporciona, também, a sobrevivência dos indivíduos e a construção da cultura alimentar, ou seja, possui um poder imensurável sobre as vivências dos povos na sociedade.

Conforme Proença (2010), pensar em alimentação requer inicialmente a compreensão de que este é um direito que perpassa vários âmbitos: o educativo, o político, o social e o cultural dos homens pois ela constitui uma das atividades humanas mais importantes,

¹ Mestrando em Educação; Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO); Guarapuava, Paraná, Brasil; murilohas.mh@gmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2014). Professor adjunto da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Coordenador do Curso de Pedagogia para Indígena; E-mail: marcosgehrke@gmail.com

³ Pós-Doutora em Conhecimento e Inclusão Social em Educação (FAE/UFMG-MG). Doutora em Educação (PPGE/UFSC). Mestre em Fundamentos da Educação (PPE/UEM). Graduada em Pedagogia (FAINSEP) e História (UEM). É professora das licenciaturas de Pedagogia (UEM/PR) e Pedagogia Indígena (UNICENTRO/PR). Tem experiência em Formação de Professores Indígenas, Currículo Intercultural, Gestão Escolar, Política Educacional e Diversidade Cultural. E-mail: rcaustino@uem.br

transcendendo razões biológicas evidentes, e envolvendo aspectos econômicos, sociais, científicos, psicológicos e culturais.

Deste modo, reconhecer a alimentação humana enquanto um patrimônio histórico, cultural e imaterial, é evidenciar saberes e hábitos tradicionais, consolidados pelo processo histórico. A cultura alimentar de um povo, representa as mais distintas crenças, conhecimentos e práticas, sendo herança de uma dada cultura ou de um grupo social determinado, no decorrer das gerações.

Em um mundo globalizado, onde hábitos, pensamentos e modos de vida, sofrem constantemente a tendência de padronização, ressalta-se a necessidade de entendermos a alimentação indígena, enquanto patrimônio, que contempla toda a historicidade, cultura e também os ideários sociopolíticos dos povos. Diante das tantas interferências sofridas pelo processo histórico de exploração, integração e destruição, os indígenas resistem e buscam manter seus costumes, formas próprias de sustentabilidade, interações com o meio, religiosidades, cantos, danças e, principalmente, seus hábitos alimentares.

Após o contato, como um subsídio potencializador à manutenção e preservação cultural, surge a educação escolar indígena, onde o trânsito entre identidades, diferenças e saberes, se faz presente. De acordo com a perspectiva de Gehrke, Sapelli e Faustino (2019), a escola indígena atual proporciona que os próprios sujeitos atuem no processo de ensino-aprendizagem, se apropriando e construindo seus projetos políticos pedagógicos e suas próprias metodologias, de maneira intercultural. Assim, possibilita uma escola em harmonia com a territorialidade dos povos, que não será colonizadora, mas que terá suas próprias regras de funcionamento, de currículos, de projetos pedagógicos, propondo e atuando com autonomia, sobre projetos e decisões referente às questões educacionais.

Nesse interim, esse artigo analisa a abordagem e a pesquisa sobre a alimentação no âmbito educacional indígena, utilizando a pesquisa bibliográfica mediada por análise documental. Em seus pormenores, inicialmente situa a alimentação como um patrimônio histórico, cultural e imaterial dos povos indígenas. Em seguida, apresenta um panorama sobre o estado do conhecimento da pesquisa em alimentação indígena no Brasil, realizando um recorte temporal de dez anos, com o intuito de salientar as produções realizadas que tratam desta temática. Por fim, reflete sobre a abordagem da alimentação na educação escolar indígena, expressando os desafios e potencialidades relacionadas ao processo de valorização e revitalização dos saberes alimentares indígena.

2. Alimentação Indígena: um patrimônio histórico, cultural e imaterial

Quando falamos em patrimônio, é comum relacionarmos à conotação de herança, característica da transmissão da carga hereditária entre um grupo social a suas futuras gerações. Nesse sentido, Souza (2008) descreve que os bens, a terra, os animais, os objetos de uso comum, são exemplos de elementos que são deixados de pai para filho, de grupo para grupo pelo decorrer dos anos, de maneira que não possam ser perdidos ou destruídos. Assim, logo, entende-se que o termo se refere a apropriação privada dos bens, no entanto, esse entendimento não é capaz de abranger todas as dimensões que o conceito traz.

O patrimônio cultural foi por muito tempo apenas valorizado sob seu aspecto material (monumentos, igrejas, centros históricos, obras, objetos, etc.), ou seja, ocorria unicamente a apreciação de bens tangíveis com características históricas, artísticas, paisagísticas, arqueológicas e/ou arquitetônicas. Somente após a Constituição Federal de 1988, que inovou ao prever a proteção do patrimônio cultural em suas múltiplas dimensões, é que a valorização da dimensão imaterial atribuída a ele, representada pelas manifestações culturais, pelos costumes, pela comida, pelos modos de criar, de fazer e de viver de um povo, passou a ser objeto da proteção governamental (SOUZA, 2008).

Assim, é necessário um olhar ampliado a respeito do patrimônio cultural, entendendo-o a partir dos processos culturais que perpassam as relações sociais, os quais constantemente vem sendo reelaborados, em meio a dinamicidade e fluidez dos processos existenciais. Nessa perspectiva, falar de patrimônio histórico cultural e imaterial, implica na discussão da alimentação indígena sob esse mesmo prisma.

A alimentação é um direito que perpassa o processo educativo, político e cultural dos homens, sendo contemplado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Sua definição foi ampliada em outros dispositivos do Direito Internacional, como o artigo 11 do Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Comentário Geral n° 12 da ONU. No Brasil, resultante de amplo processo de mobilização social, em 2010 foi aprovada a Emenda Constitucional n° 64, que inclui a alimentação no artigo 6° da Constituição Federal. No entanto, de acordo com Conti (2014), isso não explicita necessariamente a garantia da realização desse direito na prática.

Alimentação adequada é um direito de todos ao acesso regular e permanente à alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer a afluência à outras necessidades essenciais, respeitando aspectos ambientais, culturais, regionais e sociais inerentes a ela. Esse direito é fundamental pois integra inúmeros outros direitos civis básicos da população, na busca da dignidade e a completude cidadã, e por isso, é de grande valia a investigação e construção de ações que enalteçam tal prerrogativa.

Após a Emenda Constitucional n°. 64, de 04 de fevereiro de 2010, que inclui ao artigo 6º da Constituição Federal de 1988, que “introduz a alimentação como direito social”, a alimentação passa a ser garantia e direito fundamental para que o indivíduo tenha uma vida digna. Assim, o alimento além de promover a qualidade de vida, deve respeitar o aspecto sociocultural da sociedade em que está inserido, garantindo a valorização dos indivíduos e dos processos históricos que promoveram a organização da sociedade onde o alimento foi agregado (MINEIRO, 2017).

De acordo com Proença (2010, p. 43) “a alimentação constitui uma das atividades humanas mais importantes, não só por razões biológicas evidentes, mas também por envolver aspectos econômicos, sociais, científicos, políticos, psicológicos e culturais [...]”. Ele descreve os saberes da sociedade em que faz parte, dialogando constantemente entre elementos e técnicas incorporados ao longo dos anos, além de propiciar a sobrevivência dos indivíduos e a construção da cultura alimentar.

Reconhecer a alimentação humana enquanto um patrimônio histórico, cultural e imaterial, é evidenciar que o ato de se alimentar transcende o fato biológico, carregando consigo outros aspectos importantes, consolidados pelo processo histórico. A esse respeito, Santilli (2015) demonstra que a cultura alimentar de um povo, entendida como o conjunto de representações, crenças, conhecimentos e práticas herdadas, estão diretamente relacionadas aos saberes tradicionais compartilhados pelos indivíduos de uma cultura no decorrer das gerações.

O patrimônio alimentar, em seu sentido amplo, descreve um conjunto de elementos materiais e imateriais das culturas alimentares, considerados como uma herança compartilhada, ou como um bem comum, por uma coletividade. Nesse sentido, o conceito de patrimônio alimentar diz respeito tanto aos aspectos materiais (alimentos em si, artefatos e utensílios culinários), quanto aos fatores imateriais (rituais, práticas, saberes, representações, etc.) relacionados ao amálgama da alimentação. Não se pode compreender os bens culturais sem considerar os valores e significados neles investidos (dimensão imaterial), e não é possível compreender a dinâmica do patrimônio imaterial sem o conhecimento da cultura material inserida (SANT’ANNA, 2012).

Nesse debate, produtos alimentares, assim como objetos e conhecimentos inseridos na sua elaboração, transformação e consumo, vêm sendo identificados por órgãos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e também nacionais, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN),

como objetos culturais portadores da história e da identidade de um grupo social (POULAIN, 2013).

Conforme o estudo de Menasche *et al.* (2012), a alimentação transporta representações e imaginários, envolve escolhas, símbolos, classificações, além de diferentes formas de produção e consumo dos alimentos, as quais se inserem nas diversas identidades culturais. Em uma sociedade dominada pela globalização e pelo modo de produção industrial, a valorização de complexos alimentares outros, surge como símbolo de resistência contra a hegemonia desse sistema produtivo ancorado no capital.

Assim, a alimentação indígena defendida com os pressupostos da territorialidade, portadora de referências culturais, deve ser preservada, uma vez que o mundo está, cada vez mais, contaminado com um modelo de alimentação ocidental padronizada, geralmente industrializada e oriunda, em sua grande maioria, de sementes transgênicas.

A esse debate, Menasche *et al.* (2012) ressalta que o modo de consumir os alimentos, expressa as tradições e práticas das comunidades que os produzem e consomem, e está inserida em sistemas sociais e culturais específicos, que atribuem distintos significados ao que se come, como, quando e com quem se come, por isso a importância em defendê-los.

É nesse contexto que entendemos a alimentação indígena, como um patrimônio que contempla a historicidade, cultura e também ideários sociopolíticos. Diante das tantas interferências sofridas pelo processo histórico de exploração, integração e destruição, esses povos resistem e buscam manter seus costumes, cantos, danças e principalmente seus hábitos alimentares.

Apesar do longo histórico da colonização com as práticas de expropriação de territórios e exploração do trabalho, atualmente os indígenas permanecem fortes, porém muitos residem em territórios cada vez menores para abrigar suas famílias. Em grande parte das terras indígenas, a comunidade também vive com a situação de insegurança. Os solos estão desgastados pelo reuso, as florestas rareiam, as águas dos rios estão poluídas pelas atividades do entorno e já não se consegue sobreviver de raízes, folhas e frutos nativos como antes, as terras já não são produtivas, e a agricultura familiar torna-se um desafio.

Com o acesso dificultado a programas sociais que asseguram a especificidade indígena, cada vez mais se acentua a escassez da alimentação tradicional como os peixes, o mel, o palmito, as carnes de caças. Os povos indígenas têm buscado diversas formas para manter suas culturas e seus hábitos, mas por inúmeras vezes, as influências externas às comunidades sobressaem, impondo seus modelos de sociedade com a agricultura da

monocultura mecanizada e inferiorizando as práticas de produção indígenas, tratando-os como um povo ultrapassado.

Diante deste cenário, ressalta-se a importância de abordar a questão alimentar indígena como patrimônio histórico, cultural e imaterial. Sabe-se que o processo para a patrimonialização alimentar é uma realidade estabelecida por legislação, contando com o apoio de instituições nacionais e internacionais, no entanto, é necessário inicialmente a conscientização sobre o debate, ainda mais, se tratando do contexto indígena.

Pensar por essa perspectiva, é também ampliar a discussão em torno da alimentação, reconhecendo a importância da soberania e da segurança alimentar, dos princípios agroecológicos e da produção orgânica e diversificada. É investigar a luta pela terra, pela questão agrária. Refletir sobre patrimônio alimentar indígena, não se restringe a visão de assepsia e de somatória de nutrientes, mas pensa no acesso à alimentação em quantidade e qualidade adequadas.

Esse debate se faz necessário, uma vez que, resultados do I Inquérito Nacional de Alimentação e Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas, apresenta a situação de vulnerabilidade vivida por populações indígenas, indicando que 83,2% das aldeias investigadas, sentiam falta de alimentos em alguma época do ano. Neste mesmo documento, se observa que em relação a região Sul/Sudeste, 77,8% dos domicílios indígenas recebiam cestas básicas como uma das principais fontes de alimento (CARDOSO *et. al.*, 2009).

A insegurança alimentar e a desigualdade dos povos indígenas na América Latina também se apresentaram como motivo de preocupação do Banco Mundial (BM). Em estudo denominado “América Latina Indígena no Século XXI – a primeira década”, divulgado em fevereiro de 2016, o BM alerta que a redução da pobreza observada ao longo da primeira década do século XXI na América Latina, não alcançou da mesma forma a população indígena da região. O estudo mostra que a desigualdade entre a população indígena e a não indígena no Brasil aumentou na última década (BANCO MUNDIAL, 2016). Sugerindo as possíveis causas da desigualdade, aponta que “a persistência de muitas brechas, em meio a uma onda excepcionalmente favorável de políticas inclusivas e crescimento econômico, sugere que algumas das políticas para abordar a situação dos povos indígenas precisam ser revistas” (BANCO MUNDIAL, 2016, p. 9).

A questão da insegurança alimentar dos povos indígenas no país também recebeu recentemente a atenção da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que alerta para o fato de os povos indígenas ainda são representados entre populações com insegurança alimentar e no quadro geral da fome. O relatório “The State of

Food Security and Nutrition in the World” publicado em 2019, aponta que populações indígenas são extremamente afetadas pela prevalência de pobreza. Totalizando 5% da população mundial, elas também representam 15% das populações mais pobres do mundo (FAO, 2019).

Abordar a alimentação indígena enquanto patrimônio, nesse sentido, exige a reflexão e reivindicação dos direitos essenciais, da acessibilidade de alimentos, da preservação da vida, da valorização dos princípios do bem-viver indígena, que diante desse sistema que gera tamanhas injustiças e desigualdades, cultivam relações de reciprocidade e respeito.

Nessa discussão, olhamos também para a alimentação escolar indígena, pois as críticas com relação à alimentação oferecida atualmente nas escolas indígenas são uma constante. Bellinger e Andrade (2016) mostram em seu estudo que os educadores se queixam que há anos denunciam a situação de insegurança e desrespeito aos hábitos culturais, sem que providências efetivas tenham sido tomadas para reverter esse quadro, uma vez que, de modo geral, o cardápio desconsidera a cultura alimentar indígena e ainda, inclui muitos alimentos industrializados, que apresentam baixa qualidade nutricional.

3. Pesquisa em alimentação indígena no Brasil: um estado do conhecimento

Quando falamos em pesquisa, sabemos que ela tem por fim trazer um ganho para o ser humano e seu habitat, mas devemos atentar também para o fato de que somos muitos em um país de imensas proporções, então imaginemos a quantidade de pesquisadores que se aprofundam em temas complexos para resolver os dilemas enfrentados. É nesse intuito que se faz necessário uma análise do estado do conhecimento, ou seja, verificar a maior quantidade possível da produção científica já elaborada sobre um objeto de estudo, ao mesmo tempo, dialogando com o que já foi investigado ou refutando pontos de vista distintos.

Esse entendimento é de grande valia, pois se apresenta como a porta de entrada para que não se repitam resultados já evidenciados, o que acarretaria em perda de tempo e investimentos desnecessários para se chegar à semelhantes fins. É uma maneira de se discutir o impensado nas brechas encontradas por pensamentos plurais.

Investigar o que se tem produzido em termos de pesquisa acadêmica nos últimos anos sobre o tema da alimentação indígena, representa o que chamamos de “Estado da Arte” ou “Estado do conhecimento” (FERREIRA, 2002). A alimentação descreve os saberes da sociedade em que faz parte, dialogando constantemente entre elementos e técnicas incorporados ao longo dos anos, além de propiciar a sobrevivência dos indivíduos e a construção e permanência de uma cultura.

Nesse sentido, buscamos demonstrar o estado atingido pelo conhecimento nas áreas que investigam a alimentação indígena no Brasil, realizando um recorte temporal de dez anos (2010-2020), priorizando as pesquisas elaboradas no âmbito da educação, vinculadas a programas de pós-graduação.

De acordo com Ferreira (2002, p. 258), essas pesquisas são:

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

Realizamos uma busca em duas bases de dados, reunindo informações sobre os trabalhos já produzidos. Em ordem cronológica, descrevemos as dissertações e teses que tratam sobre a questão da alimentação indígena no Brasil, com o intuito de compreender como são nos dias atuais os trabalhos que abordam essa especificidade indígena.

Para isso, consultamos em agosto de 2020, ao Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), principais bases gerais e multidisciplinares de produção científica, buscando por estudos realizados a partir de 2010, utilizando, de maneira combinada, os seguintes descritores “patrimônio alimentar”, “cultura alimentar”, “alimentação indígena” e “alimentação escolar indígena”. A procura foi realizada buscando por investigações da área de Educação indígena, abordando a alimentação nesse contexto.

Como resultado, tem-se um total de 37 trabalhos depositados no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, e 2 trabalhos na BDTD. Na tabela 1 e 2, são exibidas as informações como ano, instituição de ensino, nível e tipo de curso vinculado às pesquisas encontradas.

Tabela 1 - Total de pesquisas encontradas nas bases de dados da Capes.

ANO	ÁREA	INSTITUIÇÃO	NÍVEL	TOTAL/ANO
2010	Patrimônio Cultural e Sociedade; Desenvolvimento Rural; Antropologia	UNIVILLE; UFRGS; UFG	Mestrado	3
2011	Ciências Biológicas	INPA	Doutorado	1

2012	Engenharia Florestal; Nutrição; Desenvolvimento Rural; Ciências Ambientais	UFPA; UFSC; UFRGS; UNEMAT	Mestrado; Doutorado	4
2013	Nutrição; Ciência de Alimentos	UNB; UFBA	Mestrado; Doutorado	3
2014	Antropologia; Nutrição; Processos e Manifestações Culturais; Turismo	UFPEL; UNB; FEEVALE; UNIVALI	Mestrado; Doutorado	8
2015	Antropologia; Nutrição; Ciências da Saúde	UFG; UNB; UNIFESP	Mestrado	6
2016	Turismo; Nutrição; Desenvolvimento Rural e Sustentável	UNB; UFRGS; UNIVALI	Mestrado	6
2017	Geografia; Nutrição; Agroecologia	UFSC; USP; UNB; UFFS	Mestrado	5
2019	Nutrição	UNB	Doutorado	1
TOTAL				<37>

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Tabela 2 - Total de pesquisas encontradas nas bases de dados BDTD.

ANO	ÁREA	INSTITUIÇÃO	NÍVEL	TOTAL/ANO
2016	Turismo	USP	Mestrado	1
2018	História	PUC-Goiás	Mestrado	1
TOTAL				<2>

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Com base nos resultados encontrados, se verifica a inexistência de pesquisas realizadas sobre o tema da alimentação indígena, vinculadas a programas de pós-graduação em Educação nos últimos dez anos. Tal inexistência se justifica pelo fato de que o próprio campo da pesquisa sobre alimentação em contextos indígenas, ainda é uma abordagem incipiente, o que por sua vez, confere um caráter inovador e necessário a nosso estudo.

Entendemos a importância de investigações que tratam desse debate, pois ao pensar na alimentação indígena enquanto patrimônio, capaz de promover e também preservar os saberes tradicionais, não devemos restringir o debate apenas a questões alimentares, mesmo que

imprescindíveis, mas também é preciso discutir sobre todo o entorno que envolve um povo e sua cultura, a escola, seus princípios pedagógicos, a alimentação servida na escola, etc.

Preservar o conceito de alimentação como um patrimônio histórico e imaterial, suscita a necessidade da transmissão de saberes e práticas também por meio da educação. Vivificar conhecimentos relacionados ao plantio, colheita, utensílios e preparo dos alimentos, bem como, componentes presentes, ritos e símbolos, são potencialidades de germinação cultural possibilitadas pela proposta intercultural da escola indígena.

Para isso, o âmbito escolar se mostra como ferramenta transformadora, capaz de fomentar o processo de valorização dos saberes indígenas, uma vez que suas crianças e jovens aprendem desde pequenos suas essências, sendo papel da escola, dar continuidade a esse processo, muitas vezes, somando-se a novos conhecimentos. Atuando como um espaço de aprendizagem e compartilhamento de experiências, e não mais como um ambiente de imposição da cultura ocidental, a escola proporcionará a socialização dos etnoconhecimentos, criando nos estudantes, a responsabilidade de enaltecer sua história.

Uma solução é fazer com que os alunos busquem sua ancestralidade. Quando a gente se percebe continuador de uma história, nossa responsabilidade cresce e o respeito pela história do outro também. É preciso trazer a figura dos antepassados para dentro da escola. Trazer suas histórias, seus comprometimentos, suas angústias, sua humanidade (MUNDURUKU, 2002, p. 42).

Como destaca o autor, é preciso buscar a ancestralidade, seguir uma história e comprometer a escola com esse trabalho. Assim, a pesquisa em alimentação indígena, pensada pela perspectiva da educação escolar indígena, ganha notoriedade, pois de acordo com o estado do conhecimento, essa temática ainda é incipiente em produções científicas no país.

Apesar de não encontrarmos trabalhos com a delimitação idealizada, ou seja, sobre a alimentação indígena enquanto patrimônio de um povo, pensada de acordo com os pressupostos da educação indígena, selecionamos 7 estudos, após análise do título e resumo, que apresentaram propostas semelhantes. Vinculados a outras áreas próximas, muitas vezes entendidas como contrárias a Educação, julgamos válida a consideração destes estudos, pois Triviños (1987, p. 69), apresenta que “no desenvolvimento existem elementos chamados contrários[...] mas não podem existir um sem o outro, apesar de possuírem algum aspecto importante ou essencial que o outro não possui”.

Destacamos inicialmente como importante a dissertação “Nossa cultura é pequi, frutinha do mato: um estudo sobre as práticas alimentares do povo Akwe”, autoria de Rosana Schmidt, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da

Universidade Federal de Goiás (UFG). Esse estudo descreve e analisa, por meio de observações participantes, entrevistas e dados coletados, como são as regras sociais do comer entre os povos Akwe/Xerente do estado do Tocantins.

Outro estudo elencado foi a dissertação “Alimentação indígena em Mato Grosso: Educação ambiental e sustentabilidade entre etnias de estudantes da faculdade indígena intercultural”, escrita por Gabrielle Baldo Crespaldi, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), o qual problematiza os hábitos alimentares existentes em algumas comunidades indígenas do Estado de Mato Grosso, e suas mudanças em consequência das alterações do ambiente e da sociedade.

A dissertação “Segurança alimentar e etnodesenvolvimento na Terra Indígena Panambizinho”, elaborada por Ione Santos do Nascimento, defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UNB), também foi outro trabalho selecionado. Nele, a autora reforça a necessidade do entendimento de que para que a promoção da segurança alimentar e o apoio ao etnodesenvolvimento se deem de maneira efetiva, as políticas públicas devem ser intersetoriais e de acordo com as demandas apresentadas pelas comunidades indígenas, respeitando as identidades culturais, os conhecimentos tradicionais e favorecendo a autonomia e independência indígena. Na tabela 3 são apresentados estes e outros estudos escolhidos por meio do estado do conhecimento.

Tabela 3 – Pesquisas selecionadas após análise de título e resumo.

AUTOR(A) / ANO	TÍTULO	ÁREA / INSTITUIÇÃO	OBJETIVO
SCHMIDT, Rosana. (2011)	Nossa cultura é pequi, frutinha do mato: um estudo sobre as práticas alimentares do povo Akwe	Antropologia / UFG	Estuda as práticas alimentares Akwe e evidencia suas relações com as regras sociais, discutindo sobre saúde e preceitos que envolvem a alimentação e cultura, num contexto de transformação.
CRESPALDI, Gabrielle Baldo. (2012)	Alimentação indígena em Mato Grosso: Educação ambiental e sustentabilidade entre etnias de estudantes da faculdade indígena intercultural	Ciências ambientais / UNEMAT	Problematiza hábitos alimentares existentes em algumas comunidades indígenas do MT, ressaltando a necessidade de conhecer os hábitos alimentares indígenas, e suas relações com alterações do ambiente e da sociedade.

NASCIMENTO, Ione Santos. (2013)	Segurança alimentar e etnodesenvolvimento na Terra Indígena Panambizinho	Desenvolvimento Sustentável / UNB	Reforça o debate sobre segurança alimentar e etnodesenvolvimento, salientando que as políticas públicas sejam intersetoriais e de acordo com as demandas das comunidades indígenas.
MAYMONE, Cristiana Marinho. (2017)	Tradição como transformação: práticas e conhecimentos sobre alimentação entre os Guarani na Tekoa Pyau (São Paulo/SP)	Nutrição / USP	Pesquisa práticas e conhecimentos sobre alimentação e comensalidade na conjuntura da Tekoa Pyau, considerando as singularidades da comunidade.
ARAÚJO, Maria de Lourdes Lopes. (2016)	“Às vezes caça quando quer mudar outra comida, porque peixe enjoa né?” Segurança alimentar e nutricional e Povos indígenas: a experiência dos Asheninkas do alto Rio Envira com o Programa de aquisição de alimentos	Desenvolvimento Rural / UFRGS	Trata de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) entre indígenas, sob a perspectiva do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) e da Soberania Alimentar (SA). Apresenta a experiência dos Asheninkas do Alto Rio Envira, narrada a partir deles mesmos com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), debatendo questões sobre a valorização e aquisição de produtos tradicionais, intrínsecos à cultura e alimentação indígena.
SOUZA, Karina L. P. C. R. (2013)	O Programa Nacional de Alimentação escolar em comunidades indígenas de Porto Seguro-BA: um estudo na perspectiva da segurança alimentar e nutricional	Ciência de Alimentos / UFBA	Caracteriza a implementação do PNAE em comunidades pataxós de Porto Seguro - BA, em face ao conceito de segurança alimentar e nutricional.
MINEIRO, Suzana Kagmu. (2017)	O Papel do Ambiente Escolar na Cultura Alimentar Kaingang: O Caso da Terra Indígena Rio das Cobras - PR	Agroecologia / UFFS	Verifica se ocorrem e como ocorrem as dinâmicas de valorização e revitalização da cultura alimentar indígena nas escolas da Terra Indígena Rio das Cobras em Nova Laranjeiras (PR).

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

É possível analisarmos que as investigações realizadas no âmbito acadêmico, dentro de um recorte temporal de dez anos, vinculadas a distintas áreas de conhecimento, voltam seus olhares para o estudo da alimentação indígena enquanto um aspecto cultural em transformação. Nota-se também que muitas tratam dos conceitos de Soberania e Segurança alimentar indígena, e outras investigam sobre programas e políticas alimentares inerentes ao contexto indígena. Mas o que não se verifica é a realização de pesquisas sobre a alimentação

indígena e seu contexto, tendo como premissa o conceito de patrimônio e os pressupostos da territorialidade e da interculturalidade pedagógica da escola indígena.

4. Alimentação como patrimônio: métodos de abordagem na educação escolar indígena

Pensar na abordagem educacional da alimentação indígena, requer o entendimento sobre a importância cultural da alimentação, como um aparato carregado de concepções identitárias. Estudos como os de Rolnik (1997) e Hall (2007), mostram que os avanços tecnológicos, da mídia, da globalização e da economia conduzem a um processo de interpenetração de fronteiras territoriais e identitárias, construindo outras configurações subjetivas, posições e processos de identificação nas práticas sociais.

Ao situar essa problematização no contexto da educação escolar indígena, surge a necessidade de produção de conhecimento acerca das diferenças culturais no âmbito formativo. Para isso, Faustino (2006) destaca que a educação escolar indígena assume um importante papel político, devido ao modelo específico e diferenciado que ela possui após as lutas indígenas pela cidadania e emancipação.

Novas práticas pedagógicas estão ligadas ao contexto de valorização das particularidades da identidade cultural de cada etnia, tendo como um dos aspectos principais, a interculturalidade, ou seja, o trânsito entre diferenças e territórios identitários. Porém, Delmondez e Pulino (2014) alertam que o desafio desse projeto, ainda reside ao propiciar aos indígenas, o papel de sujeitos de direitos de seus próprios saberes, e de transmissão de sua cultura no arcabouço institucional do Estado brasileiro, sem descaracterizar-se de suas distinções quando lhes é forjada uma identidade nacional.

Assim como Luciano (2007), entendemos que a concepção mais adequada quanto à educação escolar indígena, é aquela promovida a partir da escola, tendo como fundamento metodologias e princípios geradores de transmissão, produção e reprodução de conhecimentos socioculturais, específicos de cada povo indígena [etnoconhecimento], garantindo o fortalecimento dos sistemas de saber próprios da comunidade, em complementação com os conhecimentos científicos e tecnológicos, aplicados segundo a decisão de cada povo.

Nesse sentido, verifica-se que o caminhar entre identidades, diferenças culturais e preservação dos saberes, se dá também por meio da educação escolar indígena. Oferecendo subsídios para que os próprios sujeitos atuem no processo de aprendizagem, se apropriando e construindo suas próprias metodologias, esse tipo de educação propõe uma escola em consonância com a territorialidade de seus povos.

A esse respeito, Gehrke *et al.* (2019) sugere que uma escola que não será colonizadora, pautada na cultura econômica ocidental, deve possuir suas próprias regras de funcionamento, de currículos, de projetos pedagógicos, ou seja, uma escola que não se conforma com uma gestão imposta pelo Estado, mas que exerce a autonomia dos povos, propondo projetos e atuação conjunta nas tomadas de decisões referente às políticas educacionais.

Em meio ao longo processo histórico de ocupação do território brasileiro, com o objetivo de catequizar e integrar os indígenas à sociedade nacional, esses sujeitos resistiram, e ainda resistem, exigindo o direito a educação diferenciada, de qualidade, com base em seus princípios, que se opõem ao modelo assimilacionista da educação escolar colonial, que, por muito tempo foi utilizado como ferramenta de descaracterização de sua identidade cultural, extinguindo sua língua, religião e costumes.

Uma das grandes conquistas dos sujeitos indígenas, foi a consolidação do capítulo VIII – Dos Índios - na Constituição Federal, que "assegurou aos povos indígenas o direito à educação, reconhecendo a utilização de suas línguas nativas e dos seus próprios processos de aprendizagem (art. 210, parágrafo 2), e a proteção às suas manifestações culturais (art. 215, parágrafo 1) (BRASIL, 1988).

Mélia (2008) aborda esse tipo de educação como um processo global, sistêmico, e ao mesmo tempo singular. Espaço de expressão de todas as manifestações culturais, como pinturas corporais, música, artesanato, saberes e práticas alimentares, o autor situa a educação indígena na transmissão dos valores tradicionais ao longo do desenvolvimento dos povos, ou seja, dos saberes originários transmitidos oralmente entre as tradições.

Há, assim, a educação indígena que se refere aos processos de "transmissão e produção dos conhecimentos próprios dos povos indígenas, enquanto a educação escolar indígena diz respeito aos processos de transmissão e produção dos conhecimentos não indígenas e indígenas por meio da escola, que é uma instituição própria dos povos colonizadores" (BANIWA, 2006, p. 129).

É nesse sentido que entendemos a possibilidade de garantia da preservação de saberes alimentares por meio da escolarização indígena, a qual desenvolve nos estudantes uma perspectiva crítica que compreende o processo alimentar como patrimônio histórico, cultural e imaterial de um povo. A cultura alimentar carrega consigo inúmeras representações, crenças, conhecimentos e práticas, que são herdadas e/ou aprendidas pelos indivíduos no decorrer das gerações, e por isso, devem ser preservadas e inseridas no currículo escolar.

De acordo com as Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena (MEC, 1994), fica definido que um currículo adequado para a educação escolar indígena é aquele que não está dissociado da realidade, pois

A vivência na escola e fora dela é constituída por ações e interações que configuram, todas elas, o desenvolvimento do indivíduo. Não cabe, assim, falar da experiência extra-escolar e da experiência escolar como antagônicas. Um dos aspectos relevantes para a definição do currículo de uma escola é o conhecimento da prática cultural do grupo a que a escola se destina, já que essas práticas é que definem determinadas estratégias de ação e padrões de interação entre as pessoas, que são determinantes no processo de desenvolvimento do indivíduo (BRASIL, 1994, p. 12).

Isso significa que para uma ação educacional ser efetiva, requer-se, a compreensão das práticas culturais do povo indígena, sugerindo que esse desenvolvimento seja realizado de maneira multidisciplinar, constituído pela colaboração de diferentes profissionais, como por exemplo, antropólogos, linguistas, educadores, nutricionistas, entre outros; de maneira a viabilizar o processo de ensino-aprendizagem ampliado, e não dissociado da realidade sociocultural.

Ampliando o debate, verificamos que no quadro das políticas educacionais voltadas para a escolarização indígena, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), aduz a outras possibilidades de promover a valorização de saberes alimentares pela perspectiva educacional e decolonial. Atendendo as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que define a diferenciação da escola indígena das demais escolas do sistema, devido ao respeito à diversidade cultural, à língua materna, e à interculturalidade, este documento objetiva auxiliar o trabalho educativo junto às comunidades indígenas.

O RCNEI foi elaborado com a participação indígena, dentro de um marco histórico, com um conteúdo de caráter geral e abrangente e traz questões comuns a todos os professores e escolas, esclarecendo e incentivando a pluralidade das muitas estruturas curriculares referentes aos projetos históricos e étnicos específicos (BRASIL, 1998).

Nossa intenção é evidenciar as potencialidades permitidas à educação escolar indígena, em desenvolver uma educação patrimonial, ao abordar a cultura e os saberes alimentares de um povo como um processo histórico, contemplado por vivências e simbologias, mas que também sofre influências e transformações. Nesse sentido, é importante revitalizar a memória cultural indígena, para que a história e esses modos de vida tradicionais, não se descaracterizem ao longo dos tempos, mas permaneçam e se somem a outros.

Nas orientações pedagógicas encontradas no RCNEI, verificamos a possibilidade da inserção de debates sobre a questão alimentar em diferentes momentos, seja direta ou

indiretamente, por meio de outros locais de aprendizado, o que cria o encontro de saberes, resultado do diálogo com conhecimentos de culturas distintas.

Tal relação exige que o espaço físico da escola indígena compreenda outros locais de socialização e construção curricular: a vida social, com seus eventos cotidianos e extraordinários, passa a ser um importante fator de influência na seleção do currículo escolar. Uma pescaria coletiva, como parte das atividades de educação física; a abertura de um roçado, para a alimentação escolar; a limpeza do terreno em volta da escola; a construção de um viveiro de árvores frutíferas, e assim por diante. Tais eventos fazem a ponte entre o saber escolar e a vida da comunidade, abrindo as portas da sala de aula e dando o sentido social e comunitário da escola indígena (BRASIL, 1998, p. 63).

Ao serem abordados temas como Terra e Conservação da Biodiversidade, notamos a capacidade de discussão sobre a conscientização para garantia da vida, do ser indígena, da sua história e de seus processos culturais e alimentares. Nesse cenário, a alimentação e todo seu entorno ganham destaque, pois questões sobre terra, meio ambiente, agricultura e ecologia, podem ser amplamente trabalhados, de maneiras distintas, e sempre considerando as vivências.

A diversidade é frágil e precisa de conscientização, por meio da escola e dos meios de comunicação mais modernos existentes, para garantir a continuidade da vida e sua relação com o ser. A convivência do homem com os animais e com os vegetais não pode ser alterada e nem diferente daquela que havia há 500 anos atrás, em termos de respeito e preservação. Os índios sabem muito bem como fazer isso, ficam doentes e podem até morrer quando presenciam cenas de destruição. Destruição essa que atinge a cultura, a língua, a alegria e começa a formar um círculo vicioso que é muito ruim (BRASIL, 1998, p. 94).

Outra questão importante a ser discutida é a perda das sementes tradicionais (pré-colombianas) dos grupos indígenas, que geralmente se dá pela substituição por sementes híbridas, fornecidas por projetos do governo; pela hegemonia do agronegócio em defesa do latifúndio e da monocultura; pela padronização alimentar global, entre outros fatores.

A perda de sementes tradicionais influencia tanto a auto sustentação dos grupos indígenas, quanto a riqueza genética do planeta. Muitos povos ensinam as crianças o mito de origem dos legumes e contam uma história de um grupo que perdeu todas as suas sementes tradicionais, acarretando, como consequência, a fome (BRASIL, 1998).

Trabalhar na escola sobre a necessidade de preservar as sementes tradicionais é muito importante, ver que espécies e variedades o grupo ainda possui, quais as que já perderam, se há possibilidade de recuperá-las em outros grupos, discutir sobre as consequências, para o grupo, da perda dessas sementes. Esse trabalho pode ser iniciado a partir do mito de origem das sementes [...], na geografia, nas ciências... O estudo das questões da terra e da biodiversidade não pode se esquecer dos mitos, das explicações culturais de cada povo, que são modos de conhecer e que devem ser apresentados e valorizados (BRASIL, 1998, p. 95).

A auto sustentação indígena, tema inserido no RCNEI, também é um dos debates que acarretam na valorização do patrimônio alimentar de um povo. Para os indígenas, os debates que envolvem a auto sustentação, a terra e a valorização de sua cultura, são essenciais.

Em seus territórios, buscam alternativas para o seu sustento e autonomia econômica, social e política, como grupos diferentes da sociedade nacional. Assim, a luta em continuar a manter o grupo em relação a alimento e demais aspectos, é uma preocupação constante, indicando para o surgimento de alternativas como projetos comunitários, em vários setores, que contam com o apoio de produção e ajuda mútua na saúde, no lazer, e na educação (BRASIL, 1998).

Um exemplo é o projeto de educação intercultural indígena que vem sendo desenvolvido em uma comunidade Guarani Nhandewa, no norte do Paraná, a partir do ano de 2011, junto a Escola Estadual Indígena Yvy Porã, Terra Indígena Pinhalzinho/Pr. Trata-se de um Programa de Educação Intercultural inédito no estado, planejado pelos próprios indígenas e que partiu da iniciativa da comunidade, representada por suas lideranças, que decidiram colocar em prática os direitos a educação diferenciada e intercultural.

Para a realização de uma proposta como esta, é necessário inicialmente que a gestão e administração da escola sejam indígenas, para que o engajamento da comunidade e dos professores da escola, seja facilitado. No caso da Escola Estadual Indígena Yvy Porã

Sob a coordenação dos professores Jefferson Gabriel Domingues e Lairens Lourenco, na construção da escola indígena intercultural os professores realizaram estudos em grupo, pesquisas de campo, diálogos com os mais velhos, visitas pedagógicas em diferentes setores da comunidade, casas de famílias, Casa de Reza, rios, matas, nascentes, roças... a partir dos quais coletaram informações e produziram registros a serem incorporados aos planejamentos pedagógicos interdisciplinares e interculturais que, no conjunto, passaram a constituir uma proposta curricular diferenciada (DOMINGUES, 2020, p. 9-10).

Nesse sentido, a cultura alimentar pode ser um debate da educação escolar indígena, pois parte das discussões e necessidades da realidade indígena, envolvendo todas as disciplinas de um currículo intercultural. Por exemplo, em matemática se dá por meio da construção de um problema, elaborado na língua indígena, o qual tematiza a alimentação através de atividades agrícolas e extrativas de auto sustento. Na geografia podem ser abordados novas e respeitadas maneiras de uso do território, a história pode debater como era a alimentação no passado, e como é hoje, ajudando a refletir o futuro.

Na disciplina de línguas, ao trabalhar com textos, podem ser utilizadas receitas de comidas, rótulos, manuais de instrução e regulamentos, explicando como fazer coisas seguindo etapas bem determinadas. Em ciências, podem ser abordados elementos da natureza

usados para o tratamento de doenças, como fonte de alimentação e até de produção artesanal, como as folhas, raízes, flores, sementes, caules, frutos, que servem para obter melhores condições de vida e de saúde (BRASIL, 1998).

A função dos alimentos, quais são os alimentos tradicionais do povo, da região, quais os alimentos introduzidos pelos não-índios e quais os efeitos da má nutrição para o organismo, são outros debates que podem ser realizados por meio do ensino. Em todas as áreas de estudo, podem ser abordadas alternativas eficazes para a revitalização e conservação alimentar, cultural, social e política de uma comunidade (BRASIL, 1998).

No amplo cenário de políticas educacionais que regem a escolarização indígena, a autonomia e a construção de projetos, currículos e modos de ensino próprios, são exigências constantes e notórias. Muitas diretrizes apoiam e legalizam essas reivindicações, mas é necessário que elas sejam viabilizadas na práxis.

É nesta perspectiva que salientamos a possibilidade da alimentação indígena, ser abordada enquanto um patrimônio histórico, cultural e imaterial, em âmbito educacional. Fundamentados nas orientações das Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena, e também no RCNEI, essa tarefa deixa de ser uma quimera, passando a situar o campo das possibilidades. Elementos como o apoio e financiamento do Estado, o engajamento da comunidade local, gestão escolar indígena e formação inicial e continuada para professores indígenas e não indígenas, são essenciais para a concretização dessa proposta.

5. Algumas considerações

Compreendemos a alimentação indígena enquanto patrimônio de um povo, que contempla historicidade, aspectos políticos e também sociais. Diante das tantas interferências sofridas pelo processo histórico de exploração colonização e descaracterização cultural, os povos indígenas resistem para garantir a manutenção de seus territórios, seus saberes ancestrais, costumes, cantos, danças e principalmente seus hábitos alimentares. Abordar a alimentação indígena como um patrimônio, nesse sentido, exige a reflexão e reivindicação dos direitos essenciais, que em meio a um sistema que gera tamanhas injustiças e desigualdades, cultivam relações de reciprocidade e respeito.

Evidenciamos que a produção acadêmica sobre alimentação indígena no Brasil, ainda se apresenta como um cenário incipiente, e talvez escasso quando buscamos estudos pensados pelo viés educacional. Assim, preservar a alimentação como um patrimônio, evidencia a

necessidade da transmissão de saberes e práticas culturais por meio da educação escolar indígena, que nesse caso, se insere em uma proposta de interculturalidade.

Reconhecemos que a escola, atuando como um espaço de aprendizagem e compartilhamento de experiências, proporcionará a socialização dos etnoconhecimentos indígenas, dos saberes alimentares dos povos, colaborando para que os alunos aprendam por meio de seus próprios costumes e valorizem suas ancestralidades, em um movimento decolonial.

No âmbito das políticas educacionais indígenas, a autonomia e a construção de projetos, currículos e modos de ensino próprios, são exigências constantes e fazem parte das organizações e lutas dos povos, e assim, desafios surgem quando indagamos sobre a viabilidade e aplicabilidade destas propostas no contexto escolar indígena.

Entendemos que as pesquisas em relação a este tema, na área da Educação Escolar Indígena devem partir dos direitos indígenas conquistados, dos estudos emanados de organizações internacionais como a FAO, o Banco Mundial e outros, que dão a conhecer uma realidade mais ampla; de diretrizes e referenciais que são construídos com a participação indígena, como o RCNEI; bem como de estudos sobre práticas comunitárias em curso, como o caso da Escola Indígena do Yvy Porã, do Pinhalzinho, no Paraná, aqui apresentado.

Elementos como o engajamento da comunidade, gestão escolar indígena, formação inicial e continuada para professores indígenas e não indígenas, e sobretudo, apoio do Estado, são imprescindíveis para a verdadeira concretização dessa oferta educacional, que valorize os saberes e as práticas culturais e ancestrais indígenas, ao mesmo tempo em que, possibilita a aprendizagem de conhecimentos escolares necessários à vida atual, consolidando, assim, a interculturalidade.

Referências

ARAÚJO, M. L. L. *Às vezes caça quando quer mudar outra comida, porque peixe enjoa né?": segurança alimentar e nutricional e povos indígenas. A experiência dos Asheninkas do Alto Rio Envira com o Programa de Aquisição de Alimentos. Dissertação de mestrado. Curso Multidisciplinar em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. 296 p.*

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO / BANCO MUNDIAL. *América Latina Indígena no Século XXI – a primeira década*, Washington, D.C.: Banco Mundial, 2016. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/pt/603241467994679041/pdf/Am%20C3%A9rica-Latina-ind%20C3%ADgena-no-s%20C3%A9culo-XXI-a-primeira-d%20C3%A9cada.pdf>. Acesso em novembro de 2020.

BANIWA, G. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Rio de Janeiro: LACED/Museu Nacional. 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/indio_brasileiro.pdf. Acesso em novembro de 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. *Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena*. Elaborado pelo comitê de Educação Escolar Indígena. – 2 ed. Brasília: MEC / SEF / DPEF, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas* (RCNEI). Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002078.pdf>. Acesso em outubro de 2020.

BELLINGER, C.; ANDRADE, L. Alimentação nas escolas indígenas: desafios para incorporar práticas e saberes. *São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo*, 2016.

CARDOSO A. M.; HORTA, B. L.; COIMBRA JR., C. E. A.; FOLLER, M.; SOUZA, M. C.; SANTOS, R. V. *Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas*. Fundação Nacional de Saúde e Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Banco Mundial, 2009, 496 p.

CONTI, I. L. *Direito humano à alimentação adequada e soberania alimentar*. Consea. Planalto. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2014/direito-humano-a-alimentacao-adequada-e-soberania-alimentar>. Acesso em 05 de junho de 2020.

CREPALDI, G. B. *Alimentação indígena em Mato Grosso: educação ambiental e sustentabilidade entre etnias de estudantes da Faculdade Indígena Intercultural*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Cáceres/MT: UNEMAT, 2012. 123 f.

DELMONDEZ, P.; PULINO, L. H. C. Z.. Sobre identidade e diferença no contexto da educação escolar indígena. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 3, p. 632-641, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000300012>. Acesso em outubro de 2020.

DOMINGUES, J. G. (org.). *Nhemboaty Yvy Porã: uma trajetória de luta e resistência na efetivação de uma aprendizagem intercultural*. Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações (PIESP/LAEE). Universidade Estadual de Maringá, 2020.

FAUSTINO, R. C. *Política educacional nos anos de 1990: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, n. 79, agosto 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em outubro de 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *The State of Food Security and Nutrition in the World*. Safeguarding against economic slowdowns and downturns. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome, 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf>. Acesso em novembro de 2020.

GEHRKE, M.; SAPELLI, M. L. S.; FAUSTINO, R. C. A formação de pedagogos indígenas em alternância no Paraná: uma contribuição à interculturalidade e ao bilinguismo. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, v. 4, p. e7350, 2019.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: T. T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2007.

LUCIANO, G. J. S. *Cenário contemporâneo da educação escolar indígena no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/releeicebcnerev.pdf>. Acesso em novembro de 2020.

MAYMONE, C. M. *Tradição como transformação: práticas e conhecimentos sobre alimentação entre os Guarani da Tekoa Pyau (São Paulo/SP)*. 2017. Dissertação de mestrado em Nutrição. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. 152 p.

MÉLIA, B. Educación indígena y alfabetización. Asunción: Centro de Estudios Paraguayos "Antonio Guasch". 2008. In: MEC, OEI, Santillana, 2010. La escuela paraguaya frente a la diversidad cultural. *Revista paraguaya de Educación*. N.º 1 Setiembre, 2010.

MENASCHE, R.; ALVAREZ, M.; COLLAÇO, J. Alimentação e cultura em suas múltiplas dimensões. *Dimensões socioculturais da alimentação: diálogos latinoamericanos*. Porto Alegre: UFRGS, p. 7-28, 2012.

MINEIRO, S. K. *O papel do ambiente escolar na cultura alimentar kaingang*. Dissertação de mestrado em Agroecologia. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), 2017. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/1657>. Acesso em abril de 2020.

MUNDURUKU, D. Em busca da ancestralidade brasileira. In: *Fazendo escola*. Prefeitura de Alvorada. Secretaria Municipal de Educação. v. 02, 2002.

NASCIMENTO, I. S. *Segurança Alimentar e Etnodesenvolvimento na Terra Indígena Panambizinho*. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília. 2013. 134 p.

POULAIN, J. *Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar*. 2. ed. Florianópolis: UFSC; 2013.

PROENÇA, R. P. C. Alimentação e globalização: algumas reflexões. *Ciência e Cultura*. vol.62(43-47) no.4. São Paulo. Outubro de 2010. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252010000400014. Acesso em janeiro de 2020.

ROLNIK, S. Toxicômanos de identidade. Subjetividade em tempo de globalização. In: D. Lins (Org.), *Cultura e subjetividade: Saberes nômade*s. Campinas, SP: Papyrus. 1997.

SANT'ANNA, M. *O registro do patrimônio imaterial: dossiê final da Comissão e do Grupo de Trabalho sobre Patrimônio Imaterial*. 5ª. ed. Brasília: IPHAN; 2012.

SANTILLI, J. O reconhecimento de comidas, saberes e práticas alimentares como patrimônio cultural imaterial. *DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde*, v. 10, n. 3, p. 585-606, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/demetra.2015.16054>. Acesso em novembro de 2020.

SCHMIDT, R. “*Nossa cultura é pequi, frutinha do mato: um estudo sobre as práticas alimentares do povo Akwẽ*”. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Goiás. Goiás, 2011. 128 f.

SOUZA, C. G. G. Patrimônio Cultural: o processo de ampliação de sua concepção e suas repercussões. *Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília*, n. 7, p. 37-66, 2008.

SOUZA, K. L. P. C. R. *O Programa Nacional de Alimentação Escolar em comunidades indígenas de Porto Seguro - BA: um estudo na perspectiva da segurança alimentar e nutricional*. Dissertação de mestrado. Ciência de Alimentos. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: http://www.pgalimentos.far.ufba.br/sites/pgalimentos.far.ufba.br/files/dissertacao_karina_pitta.pdf. Acesso em maio de 2020.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais. A pesquisa qualitativa em Educação. O positivismo, a fenomenologia, o marxismo*. Editora Atlas. São Paulo, 1987.

La alimentación como patrimonio: definición, investigación y métodos de abordaje en la educación escolar indígena

Resumen

Este artículo analiza el enfoque y la investigación sobre la alimentación en el contexto educativo indígena. Para ello, utiliza la investigación bibliográfica mediada por el análisis documental. Coloca la comida como patrimonio histórico, cultural e inmaterial de los pueblos indígenas, que trasciende los factores biológicos y se consolida en la coyuntura de representaciones, saberes y prácticas ancestrales. Presenta el estado del conocimiento de la investigación sobre alimentos indígenas en Brasil, en un período de diez años. Reflexiona sobre el enfoque de la alimentación en la educación escolar indígena, expresando sus desafíos y potencialidades. Consideramos que la comida indígena como patrimonio, incluye la historicidad y los aspectos sociopolíticos, lo que requiere la reivindicación de derechos esenciales en medio de un sistema que genera injusticias y desigualdades. Mostramos que la producción académica sobre alimentos indígenas en Brasil, todavía se presenta como un escenario incipiente y escaso cuando buscamos estudios con sesgo educativo. Entendemos que, a través de la propuesta intercultural presente en la educación escolar indígena, el aprendizaje y el intercambio de experiencias brinda la socialización del conocimiento alimentario, pero para ello, el involucramiento de la comunidad local, la gestión escolar indígena, la formación inicial y continua de maestros indígenas y no indígenas, y sobre todo, el apoyo del Estado, son elementos fundamentales.

Palabras claves: Alimentación indígena; Patrimonio; Educación.

L'alimentation en tant que patrimoine: définition, recherche et méthodes d'approche dans l'enseignement scolaire indigène

Résumé

Cet article analyse l'approche et la recherche sur l'alimentation dans le contexte éducatif indigène. À cette fin, il utilise la recherche bibliographique médiée par l'analyse documentaire. Il place la nourriture comme un patrimoine historique, culturel et immatériel des peuples indigènes, qui transcende les facteurs biologiques et se consolide dans la conjoncture des représentations, des savoirs et des pratiques ancestraux. Il présente l'état des

connaissances de la recherche sur les aliments indigènes au Brésil, sur une période de dix ans. Réfléchit à l'approche de l'alimentation dans l'enseignement scolaire indigène, exprimant ses défis et son potentiel. Nous considérons que l'alimentation indigène en tant que patrimoine, comprend l'historicité et les aspects sociopolitiques, ce qui nécessite la revendication de droits essentiels au milieu d'un système qui génère des injustices et des inégalités. Nous montrons que la production académique sur la nourriture indigène au Brésil, se présente toujours comme un scénario naissant, et rare lorsque nous cherchons des études avec un biais éducatif. Nous comprenons qu'à travers la proposition interculturelle présente dans l'éducation scolaire indigène, l'apprentissage et le partage d'expériences permettent la socialisation des connaissances alimentaires, mais pour cela, l'engagement de la communauté locale, la gestion des écoles indigènes, la formation initiale et continue des enseignants indigènes et non indigènes, et surtout le soutien de l'État, sont des éléments essentiels.

Mots clés: L'alimentation indigène; Patrimoine; Éducation.

Alimentation as patrimony: definition, research and methods of approach in indigenous school education

Abstract

This article analyzes the approach and research on food in the indigenous educational context. For this, it uses bibliographic research mediated by documentary analysis. It places food as a historical, cultural and immaterial heritage of indigenous peoples, which transcends biological factors and is consolidated in the conjuncture of representations, knowledge and ancestral practices. It presents the state of knowledge of research on indigenous food in Brazil, under a ten-year time frame. Reflects on the approach to food in indigenous school education, expressing its challenges and potential. We consider that indigenous food as a patrimony, includes historicity and socio-political aspects, which requires the claim of essential rights in the midst of a system that generates injustices and inequalities. We show that academic production on indigenous food in Brazil still presents itself as an incipient scenario, and perhaps scarce when we seek studies with an educational bias. We understand that through the intercultural proposal present in indigenous school education, learning and sharing experiences provides the socialization of food knowledge, but for this, the engagement of the local community, indigenous school management, initial and continuing training for indigenous teachers and non-indigenous, and above all, state support, are essential elements.

Keywords: Indigenous food; Patrimony; Education.